



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO,
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE e
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2025

GOIÁS TRANSMISSÃO S. A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação da Assembleia de Acionistas o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

A **GOIÁS Transmissão S.A.** reafirma seu compromisso com a excelência na implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão sob sua responsabilidade, bem como agradece a colaboração dos seus Acionistas, Membros do Conselho de Administração, Colaboradores, Fornecedores, Financiadores e Órgãos Reguladores e Governamentais.

Conselho de Administração

1. HISTÓRICO

A **Goiás Transmissão S.A.** (“Companhia”), constituída em 3 de fevereiro de 2010, é uma sociedade por ações de capital fechado, seus propósitos são específicos (SPE), atuando no setor de transmissão de energia elétrica é responsável pela construção, operação e manutenção das instalações sob sua concessão na Região Centro-Oeste do Brasil, no Estado de Goiás. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

O controle acionário da Companhia é exercido pela GEBBRAS Participações Ltda., controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51% de participação, e pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (AXIA Energia), com 49%.

Em 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, com prazo de concessão de 30 anos. A conclusão da implantação e a operação comercial das instalações vinculadas ao seu contrato de concessão ocorreu em outubro de 2013.

2. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Dados Econômico-financeiros	2025	2024
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	111.502	104.933
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	97.104	91.437
Resultado Financeiro (R\$ mil)	(25.302)	(31.394)
Lucro Líquido do Exercício (R\$ mil)	38.620	30.394
Ativo Total (R\$ mil)	914.711	894.911
Dívida Bruta (R\$ mil)	284.070	300.971
Dívida Líquida (R\$ mil) (*)	230.445	255.726
Patrimônio Líquido (R\$ mil)	377.438	371.365

* Dívida Líquida de Disponibilidades e Aplicações Financeiras

3. ENDIVIDAMENTO

	Taxa anual de juros	31/12/2025	31/12/2024
Debêntures – 1ª emissão	IPCA + 6,0548% a.a.	284.070	300.971
Circulante		50.026	48.424
Não circulante		234.044	252.547

4. CAPITAL SOCIAL

O capital subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2025, é de R\$174.095.200,00 (cento e setenta e quatro milhões, noventa e cinco mil e duzentos reais), representado por 315.195.000 ações ordinárias, sem valor nominal.

5. AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº. 23/21, destacamos que a Companhia mantém contrato de auditoria externa com a **Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.** para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis para o atendimento às exigências regulatórias da ANEEL.

A política de atuação da Companhia, quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria junto à empresa de auditoria, fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2025

Conselho de Administração	
Fernando Augusto Rojas Pinto	Presidente Conselho
Rebecca Oliveira Xavier Santos	Vice-Presidente Conselho
Diego Alejandro Forero Beltran	Conselheiro Titular
Alan da Rocha Mattos	Conselheiro Titular
Juan Jacobo Rodriguez Gaviria	Conselheiro Suplente
Gustavo Loureiro Chagas	Conselheiro Suplente
Miguel Angel Tojas Torres	Conselheiro Suplente
Marcelo Rezende de Magalhães Gomes	Conselheiro Suplente

Diretoria	
Gersino Saragosa Guerra	Diretor Administrativo Financeiro
Antonio Costa e Costa	Diretor Técnico

Demonstrações financeiras

Goiás Transmissão S.A.

31 de dezembro de 2025
com Relatório do auditor independente

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório de do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Balanços patrimoniais.....	6
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Demonstrações do valor adicionado.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	12



Shape the future
with confidence

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 9º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas da
Goiás Transmissão S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Goiás Transmissão S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa 3.e às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessária a satisfação da obrigação de operar e manter a infraestrutura de transmissão para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa como contraprestação da obrigação de performance de construção. Conforme divulgado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2025, o saldo do ativo de contrato da Companhia era de R\$ 846.550 mil. O ativo de contrato refere-se ao direito da Companhia à contraprestação em decorrência do serviço de construção da infraestrutura das linhas de transmissão, incluindo custo incorridos, margem de construção, indenização pelos ativos não amortizados ao final da concessão e receita financeira pela remuneração dos ativos de contrato.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de construção da Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente, requer o exercício de julgamento significativo, uma vez que a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais, mão de obra e margens de lucros esperada bem como as projeções das receitas esperadas, o que requer estimativas do tempo de duração da fase de construção. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato e das respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento das receitas e custos relacionados à execução do contrato; (ii) análise do enquadramento da infraestrutura já construída no conceito de ativo de contrato; (iii) análise da determinação de margem nos projetos em construção e dos custos incorridos, para projetos de reforços da infraestrutura existente; (iv) com o auxílio de especialistas em modelagem financeira, análise da metodologia e dos cálculos para determinar a referida taxa implícita de desconto; (v) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificar as obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis, aplicáveis ao



**Shape the future
with confidence**

preço do contrato; (vi) análise da atribuição de receita a cada uma das obrigações de performance presentes nos contratos de concessão; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica; e (viii) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do ativo de contrato da Companhia, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na determinação do ativo de contrato e das respectivas receitas, assim como as divulgações nas notas explicativas são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram examinadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 31 de janeiro de 2025 com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



**Shape the future
with confidence**

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



**Shape the future
with confidence**

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 4 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

Goiás Transmissão S.A.

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	26.277	20.247
Concessionárias e permissionárias	6	10.923	10.452
Ativo de contrato	7	80.602	76.830
Outros créditos		2.476	2.031
Total do ativo circulante		120.278	109.560
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito)	5	27.348	24.998
Ativo de contrato	7	765.948	759.718
Depósitos judiciais		622	91
		793.918	784.807
Imobilizado		515	544
Total do ativo não circulante		794.433	785.351
Total do ativo		914.711	894.911
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		486	808
Debêntures	9	50.026	48.424
Impostos correntes a pagar		1.680	1.023
Dividendos a pagar	8.b	11.090	18.218
Outras contas a pagar	10	7.122	7.039
Total do passivo circulante		70.404	75.512
Não circulante			
Debêntures	9	234.044	252.547
Provisão para contingências	11	2.421	1.515
Dividendos a pagar	8.b	121.043	97.868
Tributos diferidos	12	109.361	96.104
Total do passivo não circulante		466.869	448.034
Patrimônio líquido			
Capital social	13.a	174.095	174.095
Reserva de lucros	13.b	203.343	197.270
Total do patrimônio líquido		377.438	371.365
Total do passivo e do patrimônio líquido		914.711	894.911

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Receita de operação e manutenção e infraestrutura	14	5.968	6.879
Remuneração financeira do ativo de concessão	14	91.136	84.558
Receita operacional líquida		97.104	91.437
Custos de operação e manutenção	15	(9.481)	(10.992)
Lucro bruto		87.623	80.445
Despesas gerais e administrativas			
Remuneração do pessoal		(1.043)	(922)
Remuneração dos administradores	8.a	(1.399)	(939)
Serviços de terceiros		(1.119)	(828)
Outras receitas e despesas administrativas		(281)	(347)
Total das despesas gerais e administrativas	16	(3.842)	(3.036)
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos		83.781	77.409
Receitas financeiras	17	7.843	4.954
Despesas financeiras	17	(33.145)	(36.348)
Resultado financeiro		(25.302)	(31.394)
Lucro operacional antes do imposto de renda e contribuição social		58.479	46.015
Imposto de renda e contribuição social – corrente	18	(7.528)	(4.275)
Imposto de renda e contribuição social – diferido	18	(12.331)	(11.346)
Lucro líquido do exercício		38.620	30.394

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	38.620	30.394
Total do resultado abrangente do exercício	<u>38.620</u>	<u>30.394</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2023		174.095	32.165	184.708	-	390.968
Lucro líquido do exercício		-	-	-	30.394	30.394
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	1.520	-	(1.520)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(7.219)	(7.219)
Constituição reserva de retenção de lucros		-	-	21.655	(21.655)	-
Constituição de dividendos adicionais		-	-	(42.778)	-	(42.778)
Em 31 de dezembro de 2024		174.095	33.685	163.585	-	371.365
Lucro líquido do exercício		-	-	-	38.620	38.620
Destinação do resultado do exercício						
Constituição reserva legal		-	1.133	-	(1.133)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	13.b	-	-	-	(9.372)	(9.372)
Constituição reserva de retenção de lucros	13.b	-	-	28.115	(28.115)	-
Constituição de dividendos adicionais	13.c	-	-	(23.175)	-	(23.175)
Em 31 de dezembro de 2025	13.a	174.095	34.818	168.525	-	377.438

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		38.620	30.394
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:			
PIS e COFINS diferidos		925	646
Imposto de renda e contribuição social diferidos		12.331	11.346
Juros, variação monetária e custo de transação sobre debêntures	9.a	32.608	35.702
Depreciação	16	74	74
Remuneração do ativo de contrato	7	(92.062)	(85.204)
Provisão para contingências		906	1.501
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Ativo de contrato	7	82.060	78.214
Concessionárias e permissionárias		(471)	(836)
Outros créditos e outros ativos		(445)	(1.044)
Depósitos judiciais		(531)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		(322)	(244)
Impostos correntes a pagar		6.075	3.257
Outras contas a pagar		84	1.004
		79.852	74.810
Pagamento de debêntures - juros	9.a	(18.486)	(19.391)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5.418)	(3.168)
Fluxo de caixa líquido originado pelas atividades operacionais		55.948	52.251
Atividades de investimento			
Imobilizado		(45)	(7)
Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito)		(2.350)	(1.657)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(2.395)	(1.664)
Atividades de financiamento			
Pagamento de debêntures - principal	9.a	(31.023)	(28.004)
Dividendos pagos	13.c	(16.500)	(14.000)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(47.523)	(42.004)
Varição em caixa e equivalentes de caixa		6.030	8.583
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		20.247	11.664
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		26.277	20.247
Varição em caixa e equivalentes de caixa		6.030	8.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Transmissão S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receitas		
Receitas relativas à operação e manutenção	19.440	19.729
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	92.062	85.204
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros referente à operação	<u>(9.770)</u>	<u>(11.178)</u>
Valor adicionado bruto	101.732	93.755
Depreciação e amortização	<u>(74)</u>	<u>(74)</u>
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	101.658	93.681
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.843	4.954
Valor adicionado total a distribuir	109.501	98.635
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	<u>3.099</u>	<u>2.393</u>
Remunerações	1.013	852
Férias e 13º Salário	200	202
Encargos sociais (Exceto INSS)	87	82
Benefícios	400	318
Administradores	1.399	939
Impostos, taxas e contribuições	<u>34.637</u>	<u>29.500</u>
INSS (Sobre folha de pagamento)	298	280
ICMS	58	83
PIS/COFINS s/faturamento	10.354	9.707
Tributos sobre o lucro	19.859	15.621
Obrigações intrasetoriais	4.044	3.789
Outros	24	20
Remuneração de capitais de terceiros	<u>33.145</u>	<u>36.348</u>
Encargos de dívida e variação monetária	31.699	34.930
Outras	1.446	1.418
Remuneração de capitais próprios	<u>38.620</u>	<u>30.394</u>
Lucro retido do exercício	29.248	23.175
Dividendos	9.372	7.219
Valor adicionado distribuído	109.501	98.635

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Objeto social

A Goiás Transmissão S.A. (“GOIÁS” ou “Companhia”), sediada na cidade do Rio de Janeiro, foi constituída em 3 de fevereiro de 2010, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, criada pelo Consórcio Goiás Transmissão, atualmente formado por Gebbras Participações Ltda, controlada pelo Grupo Energia Bogotá, com 51%, e pela Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras (Axia Energia) com 49%, e vencedora do Lote A do Leilão da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 005/2009, para executar o objeto do Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL.

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica localizadas no Estado de Goiás.

1.2. Da concessão

No dia 12 de julho de 2010, a Companhia assinou com a União Federal, por meio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL - Instalação de Transmissão de Rede Básica, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 (trinta) anos, para implantação, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão:

- (i) LT 500 kV, CD SE Rio Verde Norte - SE Trindade com 187 km;
- (ii) LT 230 kV CD SE Trindade - SE Xavantes com 37 km;
- (iii) LT 230 kV CS SE Trindade - SE Carajás com 30 km;
- (iv) Subestação Trindade em 500/230 kV; e
- (v) Entradas de linha, interligação de barras, reatores de linha, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

As instalações acima entraram em operação comercial em outubro de 2013. A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento à Companhia da Receita Anual Permitida (RAP) a ser auferida a partir da data de disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial. Conforme a Resolução Homologatória nº 3.481/2025, emitida pela ANEEL, o valor anual definido para a RAP, no ciclo tarifário julho/2025 a junho/2026, é de R\$106.849 (R\$101.451 ciclo julho/2024 a junho/2025), incluindo as contribuições reembolsáveis (PIS, COFINS, RGR e TFSEE). Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) considerando o número índice do mês de maio, nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à Revisão Tarifária Periódica -

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

RTP da RAP, nos termos da cláusula sétima do Contrato de Concessão, em intervalos de cinco anos durante o período de concessão, no 5º, 10º e 15º ano, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão onde será revisado o custo de capital de terceiros, sendo que a revisão tarifária periódica do 15º ano ocorrerá em julho de 2026. O recebimento da RAP será linear durante a concessão e sem decréscimo, considerando que não há previsão de alteração do rol de prestação de serviços da Companhia, bem como de redução de instalações de transmissão sob a responsabilidade da Companhia, que, porventura, possa justificar a diminuição da receita a ser percebida.

A ANEEL por meio da Resolução Autorizativa nº. 9.997/2021, outorgou o reforço para a instalação do 1º reator de barra 500 kV da SE Trindade. A construção da ampliação teve início em janeiro de 2022 e as instalações entraram em operação comercial em abril de 2023.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Reserva Global de Reversão (RGR) - encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu percentual anual equivale a 2,6% da receita operacional.

Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pela ANEEL no percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional.

Pesquisa & Desenvolvimento (P&D) - investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 1% da receita operacional líquida.

A Companhia deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto do Contrato de Concessão, nos termos da Resolução Normativa nº 443/2011, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração estima que o valor histórico de indenização é de R\$139.520, valor este correspondente a estimativa de valor residual contábil do ativo imobilizado conforme demonstrações contábeis regulatórias elaboradas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais. A reversão dos bens da concessão ao Poder Concedente ocorrerá após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela transmissora.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações e os pronunciamentos técnicos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Em 31 de dezembro de 2025, avaliamos a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e estamos certos de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade aos negócios no futuro. Não temos conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia em continuar operando.

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 4 de março de 2026.

2.2. Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras o pronunciamento técnico CPC 26 (R1) e a orientação técnica OCPC 7 (R1), com a finalidade de divulgar principalmente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração assegura que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os principais julgamentos e estimativas efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

i) Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de implementação da infraestrutura, ampliação, reforços e melhorias como ativo contratual.

ii) Reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada, vide nota explicativa nº 1.2.

iii) Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Mensalmente, com base

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

na inflação medida pelo IPCA e quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado. A taxa implícita utilizada pela Companhia é de 6,59% a.a. para a implantação do projeto e de 5,85% a.a. para a ampliação.

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a) Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- Receita de infraestrutura

Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada por meio de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado pelo regime de competência.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

- Receita de remuneração ativo de concessão

Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

- Receita de operação e manutenção

Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

b) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment (redução ao valor recuperável de ativos). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: “Conta corrente bancária, “Concessionárias e permissionárias” e “Outros créditos”.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendia a conta: “Aplicações financeiras vinculadas” e “Equivalentes de caixa”.

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreendiam “Outras contas a pagar”, “Fornecedores”,

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

“Debêntures” e “Dividendos”.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em contas correntes bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

Para que um investimento de curto prazo seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Os equivalentes de caixa estão mensurados ao valor justo por meio do resultado e possuem liquidez diária, e estão representados por títulos emitidos pelos bancos, sendo eles: Certificado de Crédito Bancário (CDB) modalidade com taxas atreladas a variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

d) Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão da Rede Básica (RBL).

e) Ativo de contrato

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção.

Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão, ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato de concessão.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

f) Demais ativos circulante e não circulante

São apresentados pelo valor líquido de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias incorridas.

g) Passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas, previstas contratualmente.

h) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para IRPJ e 9% sobre o lucro tributável para CSLL, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro tributável anual.

O IRPJ e a CSLL diferidos foram calculados com base nas diferenças temporárias no reconhecimento de receitas e despesas para fins contábeis e fiscais.

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão apuradas sobre o ativo contratual registrado conforme competência contábil. O recolhimento ocorre à medida dos faturamentos mensais, conforme previsto na Lei 12.973/14.

i) Redução ao valor recuperável de ativos ("Impairment")

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

j) Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

k) Debêntures

No reconhecimento inicial, as debêntures são registradas pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão, tais como taxas, comissões e honorários.

Os custos de transação são apropriados ao resultado ao longo do prazo da dívida, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após o reconhecimento inicial, as debêntures são mensuradas pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os encargos financeiros, incluindo juros e atualização monetária, são reconhecidos no resultado do exercício como despesa financeira, de acordo com o regime de competência.

l) Demonstrações dos fluxos de caixa (“DFC”)

A Companhia classifica nas demonstrações de fluxos de caixa os juros pagos como atividade operacional, por entender que os juros pagos não representam custos para obtenção de recursos financeiros.

m) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição a diversos stakeholders durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 (R1) – Demonstração do

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Valor Adicionado..

3.1. Normas e Interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Informações Financeiras	Ausência de conversibilidade/permutabilidade	01.01.2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Garantir a consistência das Informações Financeiras Intermediárias e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade	01.01.2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas informações financeiras intermediárias.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima	Adoção voluntária a partir de 2024 e 01.01.2026 para companhias abertas
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01.01.2026
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	01.01.2026
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Informações Financeiras Intermediárias	Nova norma - estrutura do resultado, novas divulgações e princípios de agregação e desagregação	01.01.2027
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01.01.2027

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa	5	5
Contas correntes bancárias	4	3
Aplicações financeiras	26.268	20.239
Total	26.277	20.247

O saldo de aplicações financeiras apresenta a seguinte composição:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2025	31/12/2024
Banco Itaú - CDB-DI	CDB	97% CDI	-	435
Banco Itaú - Fundos Highgrade	Fundos	101,43% CDI	15.795	7.954
Banco Itaú - Fundos RF DI	Fundos	99,50% CDI	10.473	11.850
Total			26.268	20.239

Os equivalentes de caixa em moeda nacional possuem liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa n° 19.

5. Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito)

Refere-se a aplicação restrita para garantia dos contratos de debêntures, conforme previsão contratual. As principais informações estão descritas a seguir:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2025	31/12/2024
Banco Itaú	TOP DI FIC	100,52% CDI	27.348	24.998
Total			27.348	24.998

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros para ativos e passivos financeiros está divulgada na nota explicativa n° 19.

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. Concessionárias e permissionárias

Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A Companhia não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois no caso de não pagamento, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

	31/12/2025	31/12/2024
Concessionárias e permissionárias	10.923	10.452
Total	10.923	10.452

A Companhia tem prazo médio de recebimento de 15 a 25 dias após o faturamento.

Valores correntes					31/12/2025	31/12/2024
Corrente a vencer	Corrente vencidas					
Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
8.505	202	706	329	1.181	10.923	10.452

7. Ativo de contrato

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2024	Atualização/ remuneração do ativo de contrato	Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2025
Ativo de contrato	836.548	92.062	(82.060)	846.550
Circulante	76.830			80.602
Não circulante	759.718			765.948

	Saldo ativo de contrato em 31/12/2023	Atualização/ remuneração do ativo de contrato	Realização do ativo de contrato	Saldo ativo de contrato em 31/12/2024
Ativo de contrato	829.558	85.204	(78.214)	836.548
Circulante	73.773			76.830
Não circulante	755.785			759.718

8. Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, seus diretores, seus conselheiros e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações sobre partes relacionadas. As transações com partes relacionadas ocorridas nos períodos reportados e seus efeitos estão descritos a seguir:

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

a) Remuneração dos administradores

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração dos administradores, totalizou R\$1.399 (R\$939 em 2024), sendo registrada como despesas gerais e administrativas.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Remuneração	(1.081)	(702)
Encargos e benefícios	(318)	(237)
Total	(1.399)	(939)

b) Dividendos a pagar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Gebbras Participações Ltda	67.388	59.204
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras (Axia Energia)	64.745	56.882
Total	132.133	116.086
Circulante	11.090	18.218
Não circulante	121.043	97.868

9. Debêntures

A Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples em 05 de julho de 2021, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, atualizadas monetariamente pelo IPCA, para distribuição pública com esforços restritos, nos termos da instrução CVM 476, no montante de R\$325.000. Com amortização e pagamento de juros semestrais, sendo o primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2021 e o último em 15 de junho de 2033.

a) Composição

	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Debêntures - 1ª emissão	IPCA + 6,0548% a.a.	284.070	300.971
Circulante		50.026	48.424
Não circulante		234.044	252.547

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Segregação por ano de vencimento:

	<u>2026</u>	<u>2027</u>	<u>2028</u>	<u>Demais anos</u>	<u>Total</u>
Debêntures - 1ª Emissão	50.900	52.725	54.125	126.320	284.070

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2023					<u>312.664</u>
Provisão de juros					21.076
Variação monetária					13.742
Apropriação custos de transação					884
(-) Pagamento de principal					(28.004)
(-) Pagamento de juros					(19.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2024					<u>300.971</u>
Provisão de juros					19.090
Variação monetária					12.634
Apropriação custos de transação					884
(-) Pagamento de principal					(31.023)
(-) Pagamento de juros					(18.486)
Saldo em 31 de dezembro de 2025					<u>284.070</u>

b) Garantias

A Companhia, por meio do “Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças”, cedeu e transferiu fiduciariamente, em garantia aos Debenturistas, a totalidade dos direitos creditórios de que é titular, emergentes do Contrato de Concessão nº 002/2010 - ANEEL, firmado com a União, representada pela ANEEL, e do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão CPST nº 2010-012-03 GOIAS TRA: CCO-2010-002 firmado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS. As intervenientes Gebbras e Eletrobras alienaram e transferiram fiduciariamente em garantia aos Debenturistas, representados pelo agente fiduciário, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do referido instrumento e até a liquidação de todas as obrigações assumidas, a totalidade das ações de emissão da Companhia de sua titularidade.

c) Covenants

A escritura de debêntures contém cláusulas restritivas sobre o nível de endividamento, a manutenção de conta reserva de repasse em conformidade com o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) apurado, a distribuição de dividendos, a cessão de créditos, fusão, incorporação ou qualquer reestruturação societária, as quais, se ocorrerem, devem ser previamente autorizadas pelos debenturistas. Caso ocorra algum desses eventos sem anuência dos debenturistas, os saldos em aberto terão vencimento antecipado. A escritura ainda prevê o cumprimento de obrigações (*covenants*) não financeiros que se relacionam principalmente a questões sociais e ambientais.

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

De acordo com as cláusulas contratuais, o ICSD é de, no mínimo, 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), cuja medição é realizada anualmente com base nas demonstrações financeiras regulatórias. Caso o ICSD mínimo fique no intervalo de 1,10 (um inteiro e dez centésimos), inclusive, e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), exclusive, a Companhia poderá curar o inadimplemento mediante depósito em conta vinculada, do valor necessário ao atingimento do ICSD mínimo, o qual deverá ser efetuado anteriormente à apresentação do cálculo anual do ICSD mínimo, de forma que sejam considerados em seu cálculo os valores depositados na conta de complementação do ICSD.

A Companhia possui controles de acompanhamento e apuração anual dos *covenants* nas demonstrações contábeis regulatórias, e não foram identificados descumprimentos de *covenants* para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

10. Outras contas a pagar

	31/12/2025	31/12/2024
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.583	1.362
Reserva global de reversão - RGR	243	216
Taxa de fiscalização - TFSEE	1.102	1.039
Antecipação aviso de crédito de clientes	3.676	3.898
Outros	518	524
Total	7.122	7.039

11. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia provisionou o montante de R\$2.421 (R\$1.515 em 2024) referente à processos com prognóstico de perda provável, que são compostos por processos de indenização por instituição de servidão de passagem e uma ação declaratória de compensação ambiental.

A Companhia também possui processos com prognóstico de perda possível no montante de R\$32.523 (R\$43.717 em 2024), composto por, (i) um mandado de segurança para afastar a eventual exigência por parte da Receita Federal da apuração do lucro presumido aplicando-se os percentuais do caput dos artigos 15 e 20 da Lei nº 9.249/95 no montante de R\$22.361 (valor atualizado e com multa de 75%); (ii) um processo de ação anulatória de auto de infração referente a ICMS DIFAL no montante de R\$5.581 (valor atualizado); (iii) defesa administrativa referente descumprimento de condicionantes de licença ambiental no montante de R\$1.093 e (iv) processos de indenização por instituição de servidão de passagem no montante de R\$3.488. Por se tratar de processos com prognóstico de perda possível, nenhuma provisão contábil foi efetuada.

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

12. Tributos diferidos

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
PIS diferido	1.376	6.108
COFINS diferido	6.339	28.180
Tributos indiretos diferidos (*)	27.499	-
IRPJ diferido	52.483	43.416
CSLL diferido	21.664	18.400
Total	109.361	96.104

(*) Devido as alterações definidas pela Reforma Tributária, conforme estabelecido na Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025, que determina que a partir de 01 de janeiro de 2027, o PIS e a COFINS serão extintos e substituídos pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), a Companhia classifica o saldo diferido de longo prazo como tributos indiretos diferidos mantendo o tratamento atual deste saldo, até que a legislação defina a alíquota efetiva do CBS (ainda não determinada) para que a Companhia reflita os devidos ajustes, ressaltando que tal alteração traz impactos no gross up da receita regulatória, e consequentemente, no fluxo de recebimento do ativo de contrato.

13. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 o capital subscrito e integralizado é de R\$174.095, representado por 315.195.200 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

<u>Acionistas</u>	<u>31/12/2025 e 31/12/2024</u>		
	<u>Quantidade de ações ordinárias</u>	<u>% do capital</u>	<u>Valor</u>
Gebbras Participações Ltda.	160.749.552	51	88.788
Centrais Elétricas S.A. – Eletrobras (Axia Energia)	154.445.648	49	85.307
Total	315.195.200	100	174.095

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reservas de lucros

As reservas de lucros são compostas por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício e é limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definição do estatuto social da Companhia. A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Foi aprovado na 16ª Assembleia Geral Ordinária, realizada em 10 de abril de 2025, a constituição de dividendos adicionais no valor de R\$23.175, a ser descontado da reserva de lucros em observância do artigo 199 da Lei nº. 6.404/76, que estabelece que o saldo das reservas de lucros não poderá ultrapassar o capital social.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro líquido do exercício	38.620	30.394
Reserva legal (5%)	(1.133)	(1.520)
Lucro líquido do exercício ajustado	<u>37.487</u>	<u>28.874</u>
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	9.372	7.219
Reserva de retenção de lucros	28.115	21.655

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu o montante de R\$ 1.133 de reserva legal, correspondente a valor inferior a 5% do lucro líquido do exercício, em razão de já ter atingido o limite de 20% do capital social.

A movimentação das reservas de lucros está demonstrada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2024	<u>197.270</u>
Constituição de dividendos adicionais	(23.175)
Constituição reserva de lucros	29.248
Em 31 de dezembro de 2025	<u>203.343</u>

c) Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76. A expectativa da Companhia é que parte dos dividendos de exercícios anteriores seja distribuída, assim que a Companhia apresentar saldo de caixa suficiente para tal distribuição.

A movimentação dos dividendos está demonstrada a seguir:

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Saldo de dividendos em 31 de dezembro de 2024	<u>116.086</u>
Pagamento de dividendos	(16.500)
Dividendos adicionais	23.175
Dividendos mínimos obrigatórios	9.372
Saldo dos dividendos em 31 de dezembro de 2025	<u>132.133</u>

14. Receita operacional líquida

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita de remuneração ativo de contrato	92.062	85.204
Receita de operação e manutenção	19.440	19.729
Receita operacional bruta	<u>111.502</u>	<u>104.933</u>
(-) PIS e COFINS	(10.354)	(9.707)
(-) Encargos regulatórios	(4.044)	(3.789)
Receita operacional líquida	<u>97.104</u>	<u>91.437</u>

15. Custos de operação e manutenção

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(954)	(812)
Material	(597)	(861)
Serviços de terceiros	(7.716)	(6.812)
Arrendamentos e aluguéis	(39)	(24)
Seguros	(529)	(507)
Outros custos de operação e manutenção	354	(1.976)
Total	<u>(9.481)</u>	<u>(10.992)</u>

16. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Pessoal	(1.043)	(922)
Administradores	(1.399)	(939)
Material	(13)	(9)
Serviços de terceiros	(1.119)	(828)
Arrendamentos e aluguéis	(75)	(73)
Seguros	(15)	(14)
Tributos	(1)	(5)
Depreciação	(74)	(74)
Outras despesas e receitas operacionais	(103)	(172)
Total	<u>(3.842)</u>	<u>(3.036)</u>

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

17. Resultado financeiro

	31/12/2025	31/12/2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	8.164	5.135
Outras receitas financeiras	61	60
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(382)	(241)
	7.843	4.954
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	(19.090)	(21.076)
Variação monetária sobre debêntures	(12.634)	(13.742)
Custo de transação debêntures	(884)	(884)
Outras despesas financeiras	(537)	(646)
	(33.145)	(36.348)
Total do resultado financeiro	(25.302)	(31.394)

18. Imposto de renda e contribuição social

Reconciliação da alíquota efetiva	31/12/2025	31/12/2024
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	58.479	46.015
Alíquota nominal	34,00%	34,00%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(19.883)	(15.645)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro	24	24
Constituição de IRPJ e CSLL diferidos	(12.331)	(11.346)
Constituição de IRPJ e CSLL corrente	(7.528)	(4.275)
Alíquota efetiva	33,96%	33,95%
Total de IRPJ e CSLL	(19.859)	(15.621)

19. Instrumentos financeiros

- a) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Classificação de acordo com o CPC 48	Nível	31/12/2025	31/12/2024
			Valor contábil/ Valor justo	Valor contábil/ Valor justo
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)	Valor justo por meio do resultado	2	26.268	20.239
Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito)	Valor justo por meio do resultado	2	27.348	24.998
Caixa e contas correntes bancárias	Custo amortizado		9	3
Concessionárias e permissionárias	Custo amortizado		10.923	10.452
Outros créditos	Custo amortizado		2.476	2.031
			67.024	57.723
Passivos financeiros				
Debêntures	Custo amortizado		284.070	300.971
Fornecedores	Custo amortizado		486	808
Dividendos a pagar	Custo amortizado		132.133	116.086
Outras contas a pagar	Custo amortizado		7.122	7.039
			423.811	424.904

b) Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial, tais como equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, registrados ao valor justo por meio de resultado, são classificados como nível 2. Para determinação do valor, foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis mencionados acima foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - *inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

c) Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: risco de crédito, risco de liquidez e risco de mercado.

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

i) *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Em relação ao ativo de contrato, a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e, historicamente, está não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

ii) *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro.

A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

iii) *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado - tais como as taxas

de juros e os preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras

A Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Fundos de Investimentos de Renda Fixa e Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros

Na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros.

d) *Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros*

As operações da Companhia são indexadas preponderantemente com taxas de juros prefixadas e atreladas à variação do CDI e do IPCA.

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (debêntures e aplicações financeiras) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2025, averiguando-se o impacto nas receitas e despesas financeiras, para o caso da variável de risco CDI e IPCA. O Cenário I corresponde às taxas de juros divulgadas pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação e uma redução de 25% e 50% nas variáveis de risco.

Premissas para a análise de sensibilidade

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário I provável	Cenário II Queda de 25%	Cenário III Queda de 50%
CDI (%)	Redução do CDI		14,32%	10,74%	7,16%
Aplicações financeiras		53.616	7.678	5.758	3.839
Impacto no resultado			-	(1.919)	(3.839)

Variável de risco	Risco	Exposição	Cenário I provável	Cenário II Aumento de 25%	Cenário III Aumento de 50%
IPCA (%)	Aumento do IPCA		4,26%	5,33%	6,39%
Debêntures		284.070	12.101	15.127	18.152
Impacto no resultado			-	(3.025)	(6.051)

20. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. O resumo das apólices vigentes em 31 de dezembro de 2025 é como segue:

	Valor Segurado	Vigência
Administradores / Seguro D&O (*)	28.950	01/03/2025 a 01/03/2026
Risco operacional	105.353	07/09/2025 a 07/09/2026
Responsabilidade civil geral	20.000	07/09/2025 a 07/03/2027

(*) Apólice unificada com outras Companhias que possuem o mesmo controlador.

As premissas de risco adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Goiás Transmissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

21. Questões ambientais

As condicionantes definidas na Licença de Operação - LO expedida pela Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos - SECIMA, do Estado de Goiás, estão sendo regularmente cumpridas pela Companhia.

Rio de Janeiro, 4 de março de 2026.

Gersino Saragosa Guerra
Diretor Administrativo-Financeiro

Alexandre Claro Ramis
Diretor Técnico

Leandro Borges Jordão
Contador
CRC GO-022059/O